

PPC do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas: uma análise crítica e estudo de conformidade com o SINAES

Frank Castilio Pinheiro de Alencar, Maicon Martta

frank.alencar@ifms.edu.br, maicon.martta@ifms.edu.br

Instituto Federal de Mato Grosso do Sul

III Seminário de Pós-graduação do IFMS – SEMPOG IFMS 2023

Resumo. *O presente trabalho tem o intuito de analisar de forma crítica o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS), do Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS), campus Corumbá. Considerando que o PPC não pode ser estudado de maneira isolada, se faz necessário explorar os documentos norteadores da instituição, como o Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI) e o Plano de Desenvolvimento do Campus (PDC), utilizados para desenvolver o PPC. Esta análise foi realizada a fim de produzir um estudo de conformidade com o que é cobrado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), avaliação realizada pela Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), que pertence ao Ministério da Educação (MEC/INEP). Depois de elaborado o estudo de conformidade e apontados os possíveis problemas, foi produzido um estudo a respeito dos saberes docentes, definindo o seu conceito e caracterizando-os, estabelecendo vínculos entre esses saberes, o PPC e o conteúdo cobrado pelo SINAES. Durante este estudo é possível perceber uma consonância entre os documentos norteadores e o PPC do curso em questão, foram também detectados muitos pontos em que, possivelmente, o curso receberia uma pontuação baixa após a avaliação e, por fim, realizado uma análise a respeito dos saberes docentes para então fazer essa relação entre eles e os documentos citados.*

Palavras-Chave. *PPC, SINAES, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.*

Abstract. *This paper aims to critically analyze the Pedagogical Course Project (PPC) of the Technology in Systems Analysis and Development (TADS) course at the Federal Institute of Mato Grosso do Sul (IFMS) Corumbá campus. Considering that the PPC cannot be studied in isolation, it is necessary to explore the institution's guiding documents, such as the Institution's Development Plan (PDI) and the Campus Development Plan (PDC), which were used to develop the PPC. This analysis was carried out in order to produce a study of compliance with what is required by the National Higher Education Assessment System (SINAES), an assessment carried out by the Directorate for Higher Education Assessment (DAES), which belongs to the Ministry of Education (MEC/INEP). Once the compliance study had been carried out and the possible problems pointed out, a study was produced on*

teaching knowledge, defining its concept and characterizing it, establishing links between this knowledge, the PPC and the content demanded by SINAES. During this study, it was possible to see that the guiding documents and the course's PPC were in line with each other. Many points were also detected where the course would possibly receive a low score after the assessment and, finally, an analysis was made of teaching knowledge in order to make the relationship between it and the documents mentioned.

Keywords. PPC, SINAES, Technology in Systems Analysis and Development.

1. Introdução

Estudos que se voltam para o ensino profissional se tornam ainda mais relevantes diante do cenário de incertezas em que vivemos, no qual é perceptível que a intenção não é formar um sujeito que compreenda o mundo do trabalho, que saiba qual papel deve desempenhar e sua importância nesse contexto.

É possível perceber tal intenção ao analisarmos algumas atitudes do governo, como em 16 de fevereiro, quando, por meio da Lei nº 13.415 (BRASIL, 2017), foi reduzido o espaço do ensino de Filosofia e Sociologia, disciplinas fundamentais na criação de um estudante/cidadão crítico. Ou quando se faz o contingenciamento de 1,8 bilhões de reais, que seriam destinados a universidades públicas, fato ocorrido em abril de 2019 (BRASIL, 2019), seguindo com muitos ataques a essas instituições, destaca-se uma situação em que o ex-ministro da educação, Abraham Weintraub, afirma que “universidades federais teriam plantações extensivas de maconha” (HAJE, 2019), o que mostra a falta de conhecimento dos políticos em relação aos trabalhos realizados nas universidades da rede federal de ensino.

E, por fim, em 9 de junho de 2020, uma medida provisória (MP) assinada pelo atual presidente, Jair Messias Bolsonaro, dava poder ao atual ministro da educação escolher reitores pro-tempore para as universidades e institutos federais, interferindo diretamente na autonomia dessas instituições de ensino (BRASIL, 2020).

Após o exposto, pensando na formação desse profissional crítico, é imprescindível que os funcionários conheçam as diretrizes para então aplicá-las. E um deles é o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), “elaborado para um período de cinco anos, ele identifica a instituição de ensino no que diz respeito à filosofia de trabalho adotada, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam as ações” (IFMS, 2018).

Com base no PDI, deve ser gerado o documento referência para os cursos ofertados e profissionais do campus, pois, como o próprio nome sugere, se trata de um plano de desenvolvimento. Entende-se que ao buscar a expansão com qualidade da instituição local,

tudo e todos a ela vinculados também são afetados e crescem junto. Almejando esse crescimento, é então formulado o Plano de Desenvolvimento de Campus (PDC), que tem como parte mais importante o Projeto Político Pedagógico (PPP) que é “um instrumento de gestão democrática que possibilita a reflexão crítica e contínua a respeito das práticas, dos métodos, dos valores, da identidade institucional e da cultura organizacional” (IFMS, 2014).

Compreendendo a missão, visão e os valores da instituição, é possível formular um PPC que possa de fato colocar em prática tudo o que foi pensado, contribuindo para o desenvolvimento local, gerando egressos com um perfil que fora anteriormente pensado e julgado como necessário para colaborar com o crescimento local e/ou regional.

Para que cursos não sejam criados e ofertados sem ter estrutura para tal finalidade, o governo criou a Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), que por sua vez, elaborou um documento intitulado Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância - Reconhecimento Renovação de Reconhecimento. De acordo com o Art. 1º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, tal instrumento avaliativo “tem o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes” (BRASIL, 2004).

Segundo o documento (BRASIL, 2018) “compete ao Inep, por intermédio da DAES, conceber, planejar, coordenar, operacionalizar e avaliar as ações voltadas à avaliação da educação superior, nas modalidades presencial e a distância”. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), fazendo uso de seu instrumento de avaliação cumpre esse papel, realizando reconhecimentos e renovações de cursos superiores.

Esse instrumento “é a ferramenta dos avaliadores na verificação das três dimensões do instrumento: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura constante no Processo Pedagógico do Curso (PPC)” (BRASIL, 2017). Pode-se perceber que tal ferramenta é bastante abrangente e cada uma dessas dimensões citadas possuem de dezesseis a vinte e quatro indicadores, cada um deles com critérios de análise e, dependendo da quantidade de critérios satisfeitos, aquele indicador recebe um conceito, que pode variar de um a cinco, e ao final fará parte da soma total da dimensão. Após considerar o peso distinto de cada uma delas, se dará o conceito do curso (CC).

Não menos importante que toda essa documentação e planejamento do curso é a atuação docente junto aos alunos, é missão do professor conhecer esses documentos e utilizar de meios pedagógicos para passar todo o conteúdo obrigatório, visando sempre a

formação de um egresso conforme os padrões delineados pela instituição.

Para que essa atuação docente seja exitosa, existem pesquisas que buscam discorrer a respeito dos saberes docentes, uma delas é a de Maurice Tardif, que segundo o próprio autor, “trata-se de um campo de pesquisa novo e, por isso, relativamente inexplorado, inclusive pelas próprias ciências da educação” Tardif (2014, p. 32).

Entretanto a relação dos docentes com os saberes não se reduz a uma função de transmissão dos conhecimentos já constituídos. Sua prática integra diferentes saberes, com os quais o corpo docente mantém diferentes relações. Pode-se definir o saber docente como um saber plural, formado pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais (Tardif, 2014, p. 36).

Feito o apanhado introdutório sobre o material utilizado, os dois próximos capítulos demonstrarão quais são os objetivos do artigo e a metodologia utilizada para alcançá-los.

1.1. Objetivo Geral

Fazer uma análise do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistema (TADS), oferecido pelo Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Campus Corumbá, com o intuito de saber se ele está em conformidade com o que é cobrado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e se está seguindo o que preconiza os seguintes documentos: Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI) e o Projeto Político Pedagógico (PPP), que faz parte do Plano de Desenvolvimento do Campus (PDC), e devem ser documentos norteadores.

1.2. Objetivos Específicos

1. Fazer uma análise do PPC do curso em questão para saber se ele:
 - a. Segue os documentos norteadores (PDI e PDC);
 - b. Está alinhado ao que é cobrado pelo SINAES.
2. Identificar os saberes docentes;
3. Discorrer a respeito da importância do saber curricular.

2. Metodologia

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, na qual será realizado um estudo de conformidade entre os documentos oficiais divulgados pela instituição em sua página na internet, sendo as fontes: PPC publicado em setembro de 2017; PDI do período de 2019 a 2023 e o PDC que até o início da criação desse artigo é referente ao período de 2014

a 2018 e esse é um dos documentos que compõe o PDI.

Após essa análise inicial sobre os documentos da instituição, será verificado o quanto o curso de TADS do IFMS/Corumbá está alinhado com o que é cobrado no SINAES. Por fim, será realizado um estudo a respeito dos saberes docentes, com o intuito de construir uma opinião e realizar uma ligação com a conformidade que foi analisada anteriormente.

3. Análise dos documentos

Os documentos PDI e PDC são mais genéricos e abordam, em sua maior parte, assuntos administrativos e analisando sua conformidade com o PPC do curso de TADS, pode-se afirmar que ela existe, ressaltando como pontos principais temos:

- A constante menção ao objetivo de formar profissionais humanistas capazes de, utilizando seus conhecimentos técnico/científicos, colaborar com o desenvolvimento socioeconômico local/regional, que mantenham o comportamento crítico e ético (IFMS, 2018), entre outras finalidades;
- Nas páginas 33 do PDI (IFMS, 2018) e 40 do PDC (IFMS, 2014), pode-se observar claramente que é também papel do campus promover a aproximação com os vizinhos bolivianos, por meio de projetos de ensino, pesquisa e extensão;
- Em ambos os documentos e no PPC existe menção aos órgãos e conselhos formados por todos os tipos de profissionais que integram a instituição, assim como a comunidade externa, o que demonstra a busca por uma pluralidade de ideias e perspectivas que ajudarão na consolidação da IES no estado/cidade;
- A utilização de tecnologias atuais para auxiliar, apropriar os estudantes deste conhecimento e a constante atualização dos instrumentos de ensino.

Partindo para a análise do PPC na página 4 está o histórico de mudanças do documento, onde é possível perceber que o curso não sofreu alterações significativas desde sua criação em 2011 (IFMS, 2017, p. 4). As atualizações foram: quantidade de vagas ofertadas; corpo docente e laboratórios disponíveis. Um curso de tecnologia não pode ficar tanto tempo sem modificações significativas.

O PPC em sua introdução (IFMS, 2017, p. 7), de maneira acertada afirma que “a informática, hoje, está inserida em todos os segmentos do setor produtivo” e que o curso de TADS tem a ambição de “formar profissionais aptos a de forma plena e inovadora desenvolver atividades com capacidade para utilizar, desenvolver ou adaptar tecnologias

com a compreensão crítica das implicações daí decorrentes e das suas relações com o processo produtivo, o ser humano, o ambiente e a sociedade”, e um curso com esta perspectiva não pode ficar sem alterações no seu currículo desde sua criação em 2011, ou seja, há quase 10 anos.

Ainda na introdução, são ressaltadas a globalização e as rápidas mudanças no mundo do trabalho, enfatizando a importância da informática nesta evolução, com um texto a respeito de sua atuação em todas as áreas, pois, segundo o próprio documento, passamos da “Era da Produção para a Era da Informação”. Perante esse prisma, justificou-se a criação do curso apesar de assim como o Estado do Mato Grosso do Sul, a cidade de Corumbá também depender economicamente do agronegócio, existe uma característica específica da cidade que é a mineração, porém, é evidente o crescimento de indústrias, empresas e serviços. Com esse crescimento vem também a competitividade e a informática auxilia àqueles que almejam se destacar automatizando e aperfeiçoando seus processos trazendo com isso mais agilidade.

Após o exposto nos parágrafos anteriores, é importante salientar que a falta de atualização do PPC pode afetar pelo menos cinco indicadores, relacionados abaixo:

- 1. Conteúdos curriculares:** entre outros critérios considera-se a atualização da área que induz o contato com conhecimento recente e inovador. Como o projeto está sem alteração em sua matriz curricular desde 2011, pode-se deduzir que os estudantes não estão em contato com situações recentes e inovadoras.
- 2. Metodologia:** atender ao desenvolvimento de conteúdos e a execução de práticas pedagógicas claramente inovadoras. Possivelmente ações comprometidas pela desatualização do documento.
- 3. Núcleo Docente Estruturante (NDE):** um de seus critérios é assunto abordado por esta pesquisa e discorre que é dever do NDE atuar no acompanhamento, consolidação e atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica.
- 4. Bibliografias por Unidade Curricular (UC):** esse tema tem dois indicadores, bibliografia básica e complementar, mas ambos têm em sua escrita um critério que solicita que o acervo das bibliografias básica e complementar sejam adequados em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC.

Logo após a introdução, há dois extensos subcapítulos que relatam as características

socioeconômicas do Estado do Mato Grosso do Sul e do município de Corumbá (IFMS, 2017, p. 8 e 9), destacando sua rica história, uma vez que devido a seu posicionamento geográfico e sua riqueza natural.

Existe também um trecho no projeto que menciona a intenção de promover o desenvolvimento local (IFMS, 2017, p. 12), no subcapítulo que trata do ingresso no curso, declarando que “se previsto em edital, um bônus aos candidatos residentes na área de abrangência do campus, compreendendo Ação Afirmativa Local”, promovendo assim uma oportunidade maior para que os moradores da cidade e região possam ingressar no curso.

Um dos critérios de análise do indicador de conteúdos curriculares é a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e existe uma disciplina chamada “Computador e Sociedade”, que em sua ementa (IFMS, 2018, p. 20 a 45) trata de dois desses tópicos, mas a questão ambiental não é abordada em nenhuma UC, o que é preocupante, pois como relatado nos parágrafos acima, muito se fala sobre ações afirmativas para ajudar no desenvolvimento local/regional, sobre a rica história da cidade e seu grande potencial no ecoturismo, mas nenhuma disciplina aborda esse tema, não apenas com a intenção de pontuar no SINAES, mas pela sua relevância e previsão na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (BRASIL, 1999).

Indo de encontro com o que foi abordado nos parágrafos anteriores a respeito da desatualização do PPC e a formação de pessoas que possam promover o desenvolvimento local estão os próprios objetivos do curso postos no documento (IFMS, 2017, p. 12). No tópico que aborda os objetivos do curso consta: “Manter os conteúdos programáticos atualizados em relação ao que se espera da evolução tecnológica nas diversas áreas que compõem as diretrizes curriculares da área e exigidas pelo mercado” e “Formar recursos humanos para o desenvolvimento tecnológico da computação com vistas a atender necessidades da sociedade”.

Existe um capítulo dedicado aos egressos e seu perfil profissional (IFMS, 2017, p. 14), mas não existe nenhuma explicação a respeito de como é realizada a verificação para saber se o curso está formando o profissional pretendido. Criar um curso, planejá-lo, oferecer a estrutura necessária para o desenvolvimento de suas atividades, pensar e aplicar metodologias de ensino é extremamente válido e necessário para alcançar o objetivo, mas ao final deve ser realizada um estudo para saber se esses objetivos estão sendo alcançados. A

única menção a um acompanhamento do perfil do egresso, está em um dos últimos capítulos onde se fala sobre o papel do Núcleo Docente Estruturante (NDE), que é de “contribuir de forma decisiva para a consolidação do perfil profissional do egresso, por meio do acompanhamento das ações e revisão de documentos do curso”.

O PPC relata sobre a obrigatoriedade das horas complementares (IFMS, 2017, p. 46) e do estágio obrigatório (IFMS, 2017, p. 45), incluindo que o discente será apresentado a projetos de iniciação científica, entre outras atividades científicas e culturais. Satisfazendo alguns critérios analisados pelo SINAES, fazendo parte dos seguintes indicadores: Conteúdos Curriculares; Atividades Complementares e Corpo Docente - titulação.

Quase ao final do Projeto Pedagógico, nos tópicos Metodologia (IFMS, 2017, p. 47), TCC (IFMS, 2017, p. 46) e Atividades Interdisciplinares (IFMS, 2017, p. 46), fala-se bastante sobre a formação completa do aluno, onde é mencionada a busca por um profissional que possa compreender o mundo do trabalho e não apenas cumprir sua jornada sem pensar e questionar seu papel na cadeia produtiva, exaltando a resolução de problemas reais com conceitos vistos em sala de aula. Isso sugere que os alunos devem ser incentivados a buscar mais e saber que deverão aprender a aprender para terem êxito em sua área. Satisfazendo alguns critérios como os que constam nos indicadores Estrutura Curricular e Atividades Complementares, em que se expõe a necessidade da formação geral do discente.

Em avaliação (IFMS, 2017, p. 48), são expostas as diferentes formas que se pode mensurar a aquisição de conhecimento, sendo que o professor deve identificar os alunos com dificuldades e utilizar diferentes ferramentas para fazer com que esses alunos possam ter êxito na disciplina. Tratando ainda sobre a avaliação do conhecimento, que deve ser realizada por meio do acompanhamento do estudante durante o decorrer da disciplina, satisfazendo assim critérios no indicador Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem.

E por fim, há o tópico a respeito do trabalho de conclusão de curso (IFMS, 2017, p. 46), que até 2019 era exclusivamente no formato de monografia, e no SINAES existe um indicador inteiro que mensura a quantidade de publicações do corpo docente. No segundo semestre de 2019, acrescentou-se a criação de artigo como trabalho de conclusão de curso, o que pode ajudar o curso a obter um bom desempenho no indicador já citado, pois o professor terá mais contato com a produção de artigos, sendo capaz de instruir e incentivar os alunos a escrevê-los, fazendo com que o corpo docente publique mais e, assim, consiga alcançar um

bom conceito em Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica.

No próximo capítulo serão abordados diferentes tipos de saberes relacionados à atuação profissional do docente.

4. Saberes Docente

Uma vez que essa questão reflete na avaliação do curso e na excelência do ensino, foi realizado um estudo a respeito dos saberes docentes, considerando que:

O saber é sempre o saber de alguém que trabalha alguma coisa no intuito de realizar algum objetivo qualquer. Além disso, o saber não é uma coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a sua experiência de vida e com a sua história profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares na escola, etc. Por isso, é necessário estudá-lo relacionando-o com esses elementos constitutivos do trabalho docente (TARDIF, 2014, p. 11).

Tardif (2014) deixa claro que o saber docente é heterogêneo, e que podemos defini-lo como derivado de saberes disciplinares, curriculares, profissionais e experienciais.

Os saberes disciplinares, segundo Tardif (2014, p. 38), “são transmitidos nos cursos e departamentos independentes das faculdades de educação e dos cursos de formação de professores”. E estão atrelados a campos distintos de conhecimentos, são disciplinas que, entre outras, podemos citar duas como Matemática e História, comuns entre esses campos.

Os saberes curriculares

correspondem aos discursos, objetivos, conteúdos e métodos a partir dos quais a instituição escolar categoriza e apresenta os saberes sociais por ela definidos e selecionados como modelos de cultura erudita[...] que os professores devem aprender a aplicar (TARDIF, 2014, p. 38).

Estes saberes curriculares são aqueles que os professores deverão se apropriar, e então, pode-se afirmar que estão trabalhando corretamente, pois a profissão docente não consiste em apenas repassar o conteúdo discriminado na ementa, que a instituição julga serem necessários para a formação de seus discentes. Trazendo para a realidade da IES, o corpo docente deve compreender a importância dos documentos norteadores da instituição, e que sua criação tem um propósito, assim como cada um dos cursos que oferece.

Caso o docente desconheça as informações contidas nestes documentos, ele poderá fazer uso equivocado de seus saberes, pois cada disciplina que compõe o curso tem um objetivo específico diferente, mas deve ser abordada de maneira que ajude a cumprir os objetivos da IES, campus e curso, formando assim, um profissional com domínio

técnico/tecnológico desejado para então cumprir seu papel em sua cidade e/ou região como agente modificador que cresce e ajuda o meio em que está inserido a crescer.

Em relação ao que foi citado anteriormente a respeito dos saberes curriculares e as ligações entre os objetivos da IES/curso e seu currículo, existem no SINAES alguns indicadores que fazem essa análise, como:

1. Objetivos de curso: considera se os objetivos do curso relacionados no PPC, auxiliam a ter um egresso com o perfil pretendido, a estrutura curricular etc.;
2. Conteúdos curriculares: é mais preocupante, pois além de analisar o que já está explícito no nome do indicador em relação ao desejado perfil profissional do egresso, ele também considera se existe uma atualização levando em conta sua área, sendo possível supor que não acontece, pois o curso está com o mesmo projeto pedagógico desde sua criação, em 2011;
3. Gestão do curso e os processos de avaliação interna e externa: este indicador está sendo citado aqui, pois dentro dos saberes curriculares há também os mecanismos de avaliação e, este é um dos indicadores que é avaliado pelo SINAES. No PPC existe um subcapítulo sobre a avaliação (IFMS, 2017, p. 58), onde menciona a Comissão Própria de Avaliação que cumpri esse papel de avaliador do curso;
4. Corpo docente e titulação: este indicador diz que esses profissionais devem sempre analisar os componentes curriculares e com essa base levar para os discentes o que é mais relevante para sua vida acadêmica e profissional;
5. Os indicadores Experiência profissional anterior ao exercício da docência, no exercício da docência na educação básica e no exercício da docência superior: resumidamente tem um ponto onde analisa se o corpo docente, por meio de sua experiência, é capaz de demonstrar a aplicação profissional de teorias que são abordadas em diferentes unidades curriculares.

Os saberes profissionais são aqueles “transmitidos pelas instituições de formação de professores [...] onde ele e o ensino constituem objetos de saber para as ciências humanas e para as ciências da educação” (TARDIF, 2014, p. 36). Eles também são chamados de saberes pedagógicos, pedagogia que pode ser definida como um

[...]conjunto de meios empregados pelo professor para atingir seus objetivos no âmbito das interações educativas com os alunos, noutras palavras, do ponto de vista da análise do trabalho, a pedagogia é a “tecnologia” utilizada pelos professores em relação ao seu objeto de trabalho (os alunos), no processo de

trabalho cotidiano, para obter um resultado (a socialização e a instrução) (TARDIF, 2014, p. 117).

No SINAES há um indicador denominado “Metodologia”, e seu ponto principal é relacionado à comprovação de que as práticas pedagógicas utilizadas no curso estão em conformidade com o “[...] desenvolvimento dos conteúdos, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica” (BRASIL, 2017, p. 12), presente na metodologia do projeto pedagógico do curso.

O NDE, composto pelo coordenador do curso e mais quatro professores que compõem o corpo docente do curso, uma de suas atribuições é promover a atualização do PPC, ou seja, tem a possibilidade de atuando em sua profissão, naquele ambiente específico trazer ideias e técnicas pedagógicas mais eficazes para o desenvolvimento de um currículo que também pode ser pensado por esse mesmo núcleo. O grande problema é que muitos desses professores não vieram da academia com esse conhecimento pedagógico, pois em sua maioria são formados em cursos de bacharelado, e

ao ingressarem como docentes dos Institutos Federais, os professores acedem à carreira do magistério do ensino básico, técnico e tecnológico, devendo lecionar nos diferentes níveis e modalidades de ensino. Acrescenta-se a isso o fato de muitos professores, especialmente os professores bacharéis e outros que não têm a formação orientada para o ensino, assumirem pela primeira vez uma sala de aula sem ter vivenciado, em suas trajetórias academia e profissional, as dinâmicas formativas e laborais da docência (BARROS, 2016, p. 66).

Um dos motivos para haver mais professores bacharéis é devido ao fato de que cursos de licenciatura nesta área têm “uma trajetória consideravelmente curta, dado que o primeiro curso de Licenciatura em Computação no Brasil surgiu em 1997, na Universidade de Brasília (UnB)” (CASTRO e VILARIM, 2013). Um exemplo é o Campus do IFMS/Corumbá, onde apenas um professor é formado em curso de licenciatura na área de informática (IFMS, ©2009-2020), por esse motivo, se faz necessário meios para que esses docentes se apropriem desse saber, e assim possam colaborar para o crescimento do curso. Claro que existem muitas outras variáveis e seria leviano afirmar que ter mais docentes licenciados resolveria todos os problemas que possam existir, mas certamente é um saber muito importante para o crescimento dos professores, alunos e, conseqüentemente, do curso.

Sobre o saber experiencial, talvez, este seja o mais importante para o professor, visto que, Tardif (2014, p. 40-41) discorre a respeito da falta de controle que o corpo docente tem sobre currículos/disciplinas e a pedagogia que será utilizada, sendo elas já definidas em projetos pedagógicos e outros documentos da instituição, o que acaba tornando o professor

um mero executor do que já foi pensado e validado por outras pessoas. Fazendo com que esse saber experiencial se destaque, pois nele o professor passa de executor para produtor.

O tema “Saberes docentes e formação profissional”, de Tardif (2014) é sobre o saber experiencial, aquele que o professor só adquire com o tempo de trabalho em sala de aula, por meio de interação com os colegas que compõem esse universo de ensino, após viver diferentes situações, e então, ter o controle de sua sala de aula. Quando o professor exerce seu trabalho nas primeiras vezes, percebe que o saber curricular e pedagógico que se apropriou durante os anos de academia não serão o suficiente, pois “o saber dos professores não é um conjunto de conteúdos cognitivos definidos de uma vez por todas, mas um processo em construção ao longo de uma carreira profissional” (TARDIF, 2014, p. 14).

Quanto à experiência do corpo docente, no SINAES, como mencionado anteriormente há três dimensões e uma delas é a que avalia o “corpo docente e tutoria”, sendo composta por dezesseis indicadores e seis deles levam em consideração a experiência profissional. Um avalia se o professor tem uma bagagem anterior à docência que possa ajudá-lo a contextualizar exemplos passados para os alunos, outros dois consideram essa vivência em docência e os três últimos são relacionados à educação a distância.

Ainda sobre o experiencial, existem dois indicadores (um sobre docente e outro sobre discente) que contam com critérios que levam em consideração a participação destes atores em congressos, intercâmbios, centros acadêmicos e colegiados de curso. Evidenciando a importância da troca de conhecimento entre os pares, validando a fala de (TARDIF, 2014, p. 53) que diz: “A experiência provoca, um efeito de retomada crítica (retroalimentação) dos saberes adquiridos [...]. Ela filtra e seleciona os outros saberes, julgá-los e avaliá-los e, portanto, [...] submetidos ao processo de validação constituído pela prática cotidiana”.

Diante do exposto, observa-se, o quanto a experiência profissional do professor é importante, e como esse conhecimento trocado entre colegas internos e externos à instituição ajuda na formação desse professor. Do mesmo modo, é importante buscar por mecanismos pedagógicos diferentes e se envolver com os alunos em busca de um entendimento de como trabalhar com cada um deles, visto que, cada sala é diferente, tem pessoas diferentes. Portanto maneiras diferentes de abordar um mesmo tema devem ser

Após abordar todos esses saberes, Tardif (2014, p. 54) define bem o saber docente quando diz que ele é um “Saber plural, um saber formado de diversos saberes provenientes das instituições de formação, da formação profissional, dos currículos e da prática cotidiana,

o saber docente é, portanto, heterogêneo”, que deve ser renovado constantemente.

Por fim, podemos ver a importância do PPC, pois os professores deverão colocá-lo em prática nas salas de aula e caso ele não esteja bem pensado, escrito e sendo atualizado constantemente, o aluno pode se formar sem ter adquirido as competências necessárias para atuar de forma significativa no meio onde está inserido.

5. Conclusão

Com tudo o que foi exposto, conclui-se que a leitura dos documentos relativos à criação do curso e ao planejamento e desenvolvimento institucional, da qual se faz parte, é muito importante, visto que, para sua criação foram pensados pontos como: que tipo de egresso a cidade e/ou região necessita; quais as habilidades necessárias; seu perfil técnico/humanista; entre outros pontos. E todos devem ser levados em consideração pelo professor em sala de aula.

O papel docente não se resume a passar da melhor forma todo o conteúdo de sua disciplina, ele deve fazê-lo pensando em formar uma pessoa em conformidade com o perfil de egresso. Este saber curricular é fundamental para atuação docente em prol dos objetivos do curso e da formação integral do estudante para atuar no mundo do trabalho.

O professor, pode não concordar com o que diz o projeto pedagógico do curso, ou então, julgar que aquele material já está ultrapassado, é importante que ele junto de seus pares busque por meios (sensibilizando os integrantes do NDE) de se fazer a reformulação do PPC e assim formar esse aluno conforme a necessidade atual de sua cidade e/ou região.

O projeto pedagógico do curso (independente da área que ele for) deve ser atualizado com frequência, visto que, estamos em uma época em que tudo muda muito rápido e, um curso pode se tornar obsoleto ou desinteressante aos olhos dos alunos, mesmo tendo pouco tempo de criação. A desatualização curricular pode também fazer com que os egressos tenham dificuldades em conseguir um espaço no mundo do trabalho, pois aparentemente não estão tendo contato com um conteúdo atual.

Durante a escrita deste artigo, foi também detectado que a maior parte dos professores da área de informática são formados em um curso de bacharelado, por esse motivo, durante sua formação profissional, não tiveram contato com técnicas pedagógicas das quais podem fazer uso em sala de aula. Por esse motivo, ele acaba se baseando em sua experiência como aluno e replicando ações de professores que ele julga terem sido exitosas.

Analisando página dez onde se fala sobre o PPC, percebe-se mais um motivo que demonstra a importância de uma instituição/cursos dispor de um material rico, que auxilie o docente em sua importante atividade formativa. E que seja implantado no PPC orientações metodológicas para auxiliar os professores e equipe pedagógica quanto à abordagem dos conteúdos, consecução de objetivos e ser constantemente atualizado, para que se torne fácil a identificação de seus colegas e quais papéis desempenham naquele curso; mencionar de forma clara, qual o perfil do egresso desejado e como aquelas disciplinas e atividades mencionadas, ajudarão a cumprir este objetivo.

Conforme mais se estuda sobre o projeto pedagógico do curso, mais se percebe sua importância. Ele é quem deve guiar as ações do professor dentro de sala, e essa atuação, bem como seus resultados e os atores que a compõem, estão inseridos na maior parte dos critérios que fazem parte da avaliação que é aplicada a todas as IES e seus cursos. A Diretoria de Avaliação da Educação Superior é quem estabelece esses critérios, e caso um curso não atinja a pontuação mínima, segundo BRASIL (2004, Art. 10) resultados considerados insatisfatórios nas avaliações de curso “ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação”. Depois de esgotadas todas as possibilidades de reabilitação elencadas na lei e em se verificando a persistência dos problemas que ensejaram o mau desempenho na avaliação o curso poderia ser fechado. Por esse motivo, é preocupante ver tantos pontos de desconformidade entre o PPC do curso de TADS do campus Corumbá e o instrumento de avaliação que é utilizado.

Por fim, os saberes que o docente utiliza durante sua atuação profissional, deve ser levado em consideração pelo NDE e além de atualizar o quanto antes o PPC, deve também pensar em meios de fomentar o curso de pós-graduação em docência oferecido pela instituição, demonstrando para seus pares a possibilidade de melhorarem enquanto profissionais e que conseqüentemente essa melhora irá refletir em seus alunos e no curso, resultando na formação de um egresso capaz de fazer a diferença não só no mundo do trabalho, mas também em meio à sociedade na qual está inserido.

6. Referências

BARROS, R. **Formação e Docência de Professores Bacharéis na Educação Profissional e Tecnológica no IFRN: uma interface dialógica emancipatória**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2016.

Brasil. Decreto nº 9.741. Altera o Decreto nº 9.711, de 15 de fevereiro de 2019, que **dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece o cronograma mensal de**

- desembolso do Poder Executivo federal para o exercício de 2019 e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 março de 2019, s. 1-extra, p. 3.
- Brasil. Lei nº 9.795. **Dispõe Sobre a Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá Outras Providências** – Ministério da Educação. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 de abril de 1999, p. 1.
- Brasil. Lei nº 10.861. **Institui o sistema nacional de avaliação da educação superior – SINAES e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 abril 2004, p. 3.
- Brasil. Lei nº 13.415. **Alteração da lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, Ensino Médio, Ampliação (...)** – Ministério da Educação. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 de fevereiro de 2017, p. 1.
- Brasil, Ministério da Educação. Diretoria de Avaliação da Educação Superior. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância: Reconhecimento e Renovação do Reconhecimento.** Brasília-DF, 2017.
- Brasil. MP nº 979. **Dispõe sobre a designação de dirigentes pro tempore para as instituições federais de ensino durante o período da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia dacovid-19.** Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 9 de junho de 2020, s. 1, p. 2.
- Brasil. Portaria Normativa nº 840. **Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes** – Ministério da Educação. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 de agosto de 2018, p. 99.
- CASTRO, S.; VILARIM, O. de. **Licenciatura em Computação no cenário nacional: embates, institucionalização e o nascimento de um novo curso.** R. Espaço Acadêmico, n. 148, p. 18-25, set., 2013.
- HAJE, Lara. Ministro da Educação reafirma que há plantações de maconha nas universidades. Agência Câmara de Notícias, 2019. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/625418-ministro-da-educacao-reafirma-que-ha-plantacoes-de-maconha-nas-universidades/>>. Acesso em: 12/08/2020.
- IFMS. **Plano de Desenvolvimento do Campus 2014-2018.** Campo Grande, MS, 2014. Disponível: <<https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/planos>>
- IFMS. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023.** Campo Grande, MS, 2018. Disponível: <<https://www.ifms.edu.br/centrais-de-conteudo/documentos-institucionais/planos>>
- IFMS. **PPC de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.** Corumbá, MS, 2017. Disponível: <<https://www.ifms.edu.br/campi/campus-corumba/cursos/graduacao/analise-e-desenvolvimento-de-sistemas>>
- TARDIF, M. **Saberes Docentes e Formação Profissional.** 17. Ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 6º reimpressão, 2020.